



EDITORIAL
Luís Baptista-Martins

Apoiar ou não o jornalismo?

«Apoiar ou não o jornalismo» foi a pergunta que deixou há dias Joaquim Fidalgo no “Público” (8 de junho), a propósito da aprovação pelo governo de França de «uma ajuda excepcional» de 5 milhões de euros, visando compensar a subida de custos de produção (mormente do papel) das empresas editoras, afetadas pelas consequências da guerra na Ucrânia (em Portugal não há qualquer apoio neste contexto). O académico elencou alguns apoios públicos que o Estado francês faz anualmente à imprensa, de mais de 196 milhões de euros (Orçamento de Estado de 2023 de França), a juntar a um conjunto de ajudas diretas que beneficiam os media e o jornalismo naquele país, uma “velha” democracia, preocupada com a liberdade de expressão e a pluralidade de opinião. E um conjunto de apoios indiretos, desde a taxa “super reduzida” de IVA a 2,1% para as empresas de imprensa (papel e online), às isenções de impostos, taxas sociais, crédito fiscal para uma primeira assinatura, ajudas aos media de proximidade, apoio às rádios locais ou mesmo benefícios fiscais aos próprios jornalistas. Os apoios públicos em França são definidos anualmente em Orçamento de Estado, não ficando assim a imprensa refém de simpatias ou favores (ainda que

“ **O jornalismo é essencial à democracia e os jornais devem ser apoiados pelo Estado «tal como outros serviços essenciais: educação, saúde, cultura»**

haja controvérsia), permitindo maior liberdade editorial e de opinião, permitindo maior seriedade e transparência. Além dos apoios definidos a nível nacional, os municípios franceses têm também uma política de apoio e financiamento direto à comunicação social de proximidade, assegurando a sobrevivência de jornais, rádio e televisões locais, e também do exercício da atividade jornalística de forma livre.

É assim em França, onde mais de 60% dos residentes leem diariamente um jornal (em Portugal não chega aos 20%, ainda que não haja dados atuais, os últimos são do Bareme da Marktest), e é assim na maioria dos países europeus, onde o apoio com dinheiros públicos às empresas de comunicação social é feito de forma transparente e com valores definidos sem preconceitos.

Em Portugal, o assunto é pontualmente comentado. O jornalismo é essencial à democracia e os jornais devem ser

apoiados pelo Estado «tal como outros serviços essenciais: educação, saúde, cultura».

Portugal é uma jovem democracia, de quase 50 anos, sem hábitos de leitura e com uma literacia em comunicação social similar à dos países do terceiro-mundo. Há, pois, muito a fazer, e o Estado tem de assumir a sua responsabilidade social e cultural, em defesa da democracia, da liberdade e do direito a informar e a ser informado. Os «media portugueses estão quase todos numa situação económica difícil», com quebras de receitas e dificuldades a todos os níveis. O apoio público à imprensa, a nível nacional e local, deve ser uma obrigação.

O Jornal O INTERIOR não tem qualquer apoio público no exercício da sua atividade jornalística. Nenhum! - como qualquer empresa, de qualquer setor, pode candidatar, e candidata, projetos a fundos de financiamento nacionais ou comunitários. Vive das receitas que gera num mercado exigido, depauperado, pobre e onde poucos têm a noção ou a capacidade de perceber a importância social, económica ou cultural da imprensa. Infelizmente, os jornais perderam leitores no papel e com isso perderam clientes e assinantes - mas o ointerior.pt chega a cada vez mais leitores, no mundo: o jornal online ointerior.pt teve em 2022 cerca de 1,6 milhões de visitantes (Google Analytics). E, felizmente, mantendo assinantes e leitores, que são a nossa força e a nossa razão de ser. O Jornal O INTERIOR tem o mérito de conseguir atrair publicidade junto das empresas mais dinâmicas da região, de algumas autarquias que apostam no desenvolvimento da região e na divulgação dos eventos locais e na promoção do melhor que se faz nos respetivos concelhos. E tem o privilégio de ter como principal acionista José Luís Carrilho de Almeida, patrono e filantropo, que está sempre disponível para ajudar a encontrar o melhor caminho e as melhores soluções para que numa região deprimida a liberdade de imprensa possa resistir e continuar a cumprir a sua missão de informar de forma livre, isenta e distante dos poderes ou de interesses.

Como muito bem sintetizou Felisbela Lopes (in Jornal de Notícias, 21 de abril) «é urgente garantir a sustentabilidade dos atuais projetos editoriais. Porque, sem meios, o jornalismo não sobrevive. E isso é um (enorme) risco para a democracia». Por isso, ler jornais é saber mais, é ser mais culto, é contribuir para o progresso da sociedade e é defender a democracia. O mundo precisa de jornalistas... e, caro leitor, não deve pensar na importância dos jornais apenas quando precisa (para se defender ou para defender os seus direitos); deve comprar jornais todo o ano... porque há um dia que pode precisar de um jornal para estar informado ou para se defender, a si ou à sua opinião...

Produtores da Mêda e Foz Côa desesperam por ajudas depois do temporal

Ministra da Agricultura visitou a região, mas apenas deixou promessas aos produtores



Maria do Céu Antunes prometeu que «até ao final de junho vão chegar 140 milhões de euros para fazer face ao aumento dos custos de produção»

☞ Sofia Pereira

Os produtores afetados pelas fortes chuvadas e pelo granizo na semana passada na região de Vila Nova de Foz Côa e da Mêda ainda não sabem com que ajudas podem contar. Isso mesmo confirma um dos produtores vitivinícolas mais afetados em Freixo de Numão, no concelho de Foz Côa.

«Até hoje ainda não fui contactado por ninguém», disse Artur Ferronha a O INTERIOR, revelando que participou os danos ao seguro «no dia seguinte às enxurradas e granizo e até hoje não recebi resposta». O mesmo sucede com a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte. «Ficaram de vir fazer vistoria e o levantamento de estragos, mas até agora

ainda ninguém me contactou», lamenta. Na última edição de O INTERIOR, os autarcas da Mêda e Foz Côa admitiram estar preocupados com os estragos nas produções vitivinícolas, uma vez que é a principal fonte de rendimento de muitas famílias da região. Em Vila Nova de Foz Côa, as localidades de Touça, Freixo de Numão, Sebadelhe, Mós e Murça foram as mais afetadas pela chuva e o granizo que caíram no passado dia 12. Já no município vizinho da Mêda, Aveloso, Rabaçal e Longroiva foram as freguesias com mais estragos.

A ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes, visitou a região no dia seguinte ao temporal e salientou que sempre que os estragos «sejam superiores

a 30 por cento, como muros ou videiras destruídas, podemos acionar a medida para o restabelecimento desse mesmo essencial produtivo». Em Foz Côa, «está em causa a produção. Este ano não vai haver vindima e se houver terá uma quebra de rendimento até 60 por cento», estimou a governante, acrescentando que, no concelho da Mêda, encontrou «uma destruição que tem a ver com a erosão das terras, que faz com que as chuvas fortes tenham arrastado estruturas, como muros e sistemas de drenagem». Maria do Céu Antunes anunciou ainda ter já solicitado à Comissão Europeia o «acionamento da reserva agrícola que nos permite dar resposta à seca, mas também a estas intempéries», tendo

prometido que «até ao final de junho vão chegar 140 milhões de euros para fazer face ao aumento dos custos de produção».

João Mourato, presidente da Câmara da Mêda, espera que a promessa da ministra seja cumprida no que toca à abertura de «participações para este tipo de prejuízos». Já João Paulo Sousa, presidente da Câmara de Vila Nova de Foz Côa, não se sente «eufórico» com a proposta feita pela ministra porque «de imediato não há uma solução. Se não conseguirmos os apoios da União Europeia, não há plano B e isso deixa-me extremamente preocupado». Para além disso, o autarca reforça que «o Douro Superior está a produzir em quantidade suficiente para que o Governo olhe para nós que estamos neste interior despovoado. Neste momento aguardamos com ansiedade e desilusão, com um prejuízo na ordem dos mil hectares de vinha» na região de Foz Côa. Descrente está também Artur Ferronha: «O que a ministra nos veio dizer é que vão cobrir 30 por cento dos prejuízos e quem apresenta uma proposta destas é porque não é conhecedor e não sabe bem o que anda a fazer», considera. O vitivinicultor sublinha também que «os 30 por cento em ajudas são uma falácia, uma ilusão, e não vão chegar a rigorosamente ninguém». Para além disso, pede que «não deixem passar esses 30 por cento como se fossem uma ajuda para o agricultor da região porque é mentira. É gozar com quem trabalha e paga os impostos todos os dias».

«Apenas 40 por cento dos produtores têm seguro porque é inoportuno financeiramente»

Nesta deslocação ao norte do distrito da Guarda, a ministra da Agricultura afirmou que «apenas 40 por cento dos produtores da região estão segurados».

Um cenário justificado pelo autarca fozcoense João Paulo Sousa, segundo o qual «todos sabemos como funcionam os seguros» e os agricultores «não têm verbas suficientes para fazer um seguro que cubra todos os hectares de produção». Artur Ferronha, produtor de Freixo de Numão, adianta que «nas cooperativas quase toda a gente tem seguro, mas para um produtor privado é inoportuno». Os seguros baseiam-se «no preço da uva e para uma propriedade que tenha entre cinco a sete hectares, o seguro fica entre os 4 e os 7 mil euros», revela, admitindo que se há «apenas 40 por cento» de produtores segurados é porque se torna «inopportuno financeiramente». Além disso, os seguros cobrem «só duas ou três modalidades: intempéries, queimas pela geada e escaldões no Verão. Tudo o que seja destruição em patamares, videiras, paus, arames, paredes ou muros, os seguros não cobrem».

Cereja da Cova da Beira com quebra superior a 70 por cento

As chuvas fortes da semana passada destruíram «milhares de toneladas de cerejas» no concelho do Fundão. Os produtores dizem que nunca viram «uma campanha assim» e admitem quebras da ordem dos 70 por cento, sendo que o levantamento dos prejuízos ainda está a ser feito. Nuno Antão, do gabinete de Maria do Céu Antunes, já adiantou que o Ministério da Agricultura está a acompanhar a situação, mas admitiu que os produtores de cereja do Fundão têm as colheitas «praticamente todas estragadas».



ANOTAÇÕES

Hélder Sequeira

Entender e reinventar a Rádio

O panorama atual das rádios portuguesas é substancialmente diferente daquele que era vivido há duas ou três décadas.

Houve uma seleção natural das estações nascidas sob o alvor da regulamentação do espectro radioelétrico, face a condicionalismos de vária ordem; mormente da necessidade de serem afirmados projetos pautados pelo profissionalismo, com um esclarecido entendimento da função social da rádio.

O suporte económico-financeiro não deixou de ser um fator importante, sobretudo em zonas de baixa densidade populacional, como a nossa, onde as fontes de receita proporcionadas pela publicidade diminuíram de forma drástica. A pandemia fez-se também notar de forma impiedosa, ainda que chamando a atenção para novas fórmulas de desenvolvimento do trabalho na rádio.

A diminuta fatia (quando existente) da publicidade institucional acentuou ainda mais a preocupante realidade de muitas estações. Os projetos radiofónicos não evoluem se não for garantida a sua sustentabilidade financeira, a sua autonomia e, simultaneamente, criadas dinâmicas capazes de reforçarem a qualidade dos conteúdos programáticos, ampliarem audiências, aproximarem-se dos seus destinatários e interlocutores.

Será oportuno recordar que nos fins genéricos da atividade de radiodifusão se inscreve a obrigação de contribuir para a informação do público, garantindo aos cidadãos o direito de informar, de se informar e de ser informado, sem impedimentos nem discriminações. Por outro lado, a lei estabelece que às rádios compete contribuir para a valorização cultural da população, assegurando a possibilidade de expressão e o confronto das diversas correntes de opinião, através do estímulo à criação e à livre expressão do pensamento e dos valores culturais que traduzem a identidade nacional.

O debate em torno do perfil da rádio, na atualidade e no futuro, tem suscitado posturas diferenciadas, mas convergentes quanto à sua continuidade. Para alguns, a rádio tem de resistir à tentação de perder a sua credibilidade na concorrência diária que enfrenta com as redes sociais e media sociais. Essa credibilidade passa pelo rigor e salvaguarda permanente da sua função informativa, pela ação ao nível do entretenimento, nas várias vertentes.

Tendo em consideração a constante evolução tecnológica e as tendências dos consumidores, é também defendido que caminhamos para a existência de menos rádios físicas e mais virtuais; para uma rádio interativa no plano musical, com a escolha por parte do ouvinte. Este cenário faz emergir novas exigências para os seus profissionais que têm de estar dotados de competências ao nível da utilização das redes sociais, da edição de áudio e vídeo relativa aos seus trabalhos; sejam peças informativas, sejam as intervenções específicas na programação regular.

Não esqueçamos que a humanização da rádio é fundamental; as pessoas não podem ser afastadas do processo evolutivo e do plano radiofónico. Um radiologista espanhol escrevia, a este propósito, que quanto mais complexa é a tecnologia mais se valorizam os conteúdos humanos que existem no seu interior. Assim, importa evidenciar e valorizar a importância da voz na rádio, a presença do animador de emissão, que nos envolva no fascínio da rádio; o qual não é incompatível com a adequação das suas emissões a novas plataformas e meios de receção.

Longe vai o tempo da mobilidade que o transistor nos permitia; hoje o telemóvel está presente no nosso quotidiano, ultrapassando largamente a função de fazer ou receber chamadas. É arquivo, é meio de consulta e informação, meio de registo áudio ou vídeo, elo permanente de ligação com o mundo. A audição da rádio passa, igualmente, pelos dispositivos móveis. A rádio não pode olvidar estes novos recetores e a adequação

das suas emissões para estes equipamentos; adequação que pode ser complementada com aplicações que agilizem e agendem alertas para programas, notícias, trabalhos específicos que interessem ao cidadão.

Neste contexto é fundamental centrar a atenção nos conteúdos programáticos. Percebe-se, cada vez mais, que o ouvinte escolhe perfis identitários numa emissora onde a diferença da oferta informativa e musical constitua uma possibilidade de opção face à uniformidade das propostas radiofónicas; geralmente com a exaustiva repetição de músicas, com a sucessiva reedição de temas de política nacional ou local, com demasiado peso da opinião de comentadores, com a redundância de temáticas que podem ser gratas aos intervenientes de um espaço de debate radiofónico, mas não têm o mesmo interesse para a generalidade de quem escuta.

Escrevíamos, nas linhas anteriores, que os conteúdos humanos são fundamentais, mesmo com o atual quadro tecnológico. De facto, é por uma rádio com gente dentro, por uma rádio atenta à realidade local dando expressão a quem tenha algo de novo e diferente para dizer, que passa também o futuro da rádio, muito para além dos limites definidos pelas ondas hertzianas.

Aliás, "O Rádio sem Onda – convergência digital e novos desafios na radiodifusão" é o sugestivo título de um livro de Marcelo Kischinhevsky; uma publicação onde foi feita uma síntese da trajetória do rádio nas últimas décadas e de alguns caminhos para o futuro (alguns já do presente), onde ficam balizados o "podcasting" ou o rádio digital por assinatura.

Estes novos cenários da rádio devem merecer a indispensável atenção de forma que se potenciem recursos humanos, agilizem estratégias, se alcancem objetivos de audiência e se garanta uma posição de vanguarda. Claro que não podemos ser redutores quanto à questão de a rádio tradicional ter limites temporais na sua existência, nem ficarmos presos ao debate se a o rádio na internet é rádio.

Esta atividade não se pode alhear da evolução tecnológica, por um lado, nem alimentar, por outro, a ideia sublinhada por muitos de que o rádio tradicional ficará obsoleto como os discos de vinil. Não é verdade, muito menos para este exemplo, pois sabemos que o vinil emergiu com uma nova força e qualidade sonora.

Uma boa e completa informação (distribuída equitativamente ao longo da emissão), numa estação de rádio, reforça a sua presença na zona onde se insere, atribui-lhe identidade, e visibilidade no contexto global. Como têm defendido vários investigadores da área dos media, «a força do jornalismo numa emissora de rádio local é o instrumento que lhe dá a sensação de plenitude local e regional». A informação a privilegiar pela rádio local é a que está relacionada aos acontecimentos da proximidade; na opinião de Cebrián Herreros «o mais importante é cobrir as notícias que os demais não dão», mesmo que menos sensacionais.

O êxito de uma estação de rádio, em especial neste espaço geográfico do interior do país, passa por um entendimento objetivo dessa realidade e pela permanente aproximação e interação com a mesma. Desde logo com os setores populacionais circunscritos ao meio rural e que, não seguindo conteúdos informativos do meio televisão – por variadas razões –, encontram na rádio a companhia diária, um interlocutor de proximidade, uma maior identificação.

Este trabalho das rádios implica um grande labor diário, uma permanente formação, atualização, a par de uma imprescindível interpretação dos contextos sociais, culturais, políticos e económicos. Um trabalho sério e isento, equidistante, sem declinar, naturalmente, uma salutar relação profissional sempre com a devida consciência das normas deontológicas e éticas.

O futuro da rádio – alicerçado em pilares de competência, profissionalismo e experiência – passa pela sua reinvenção e perceção da sua inconfundível magia.